



A SITUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: repensando o espaço de construção do saber acadêmico como contribuição para o saber profissional do Serviço Social

Elaine Cristina da Silva

RESUMO

Não é possível efetivar reformas na formação do Serviço Social dissociado do espaço que possibilita e concretiza a construção do saber: a universidade. Falar de diretrizes curriculares, de produção do conhecimento, de formação e exercício profissional sem mencionar o quadro em que se situa a universidade é não considerar a totalidade e as singularidades que compõem o ensino superior no Brasil.

Palavras – Chave: Formação, Serviço Social, Universidade.

ABSTRATC

Unable to carry out reforms in the formation of Social dissociated space that enables and realizes the construction of knowledge: the university. Speaking of curriculum guidelines, the production of knowledge, training and professional practice without mentioning the framework within which lies the university is not considering the totality and the singularities that make higher education in Brazil.

Key - Words: Education, Social Work, University.

1. Introdução

Uma das grandes dificuldades enfrentadas historicamente pelo Serviço Social tem a ver com o quadro de reformas que vem sofrendo o Estado brasileiro e seus impactos nas universidades públicas federais, que têm contribuído sistematicamente para esvaziar o sentido das diretrizes curriculares e projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, através da contradição entre o que propõe a profissão e o que propõe o novo modelo de universidade, ou melhor dizendo, de educação. Segundo Faleiros (2000, p.165) “as mudanças curriculares estão profundamente vinculadas às políticas de ensino superior, hoje inseridas no contexto neoliberal de sucateamento, privatização e mercantilização do Estado e da universidade.”

Neste sentido, torna-se imperativo compreender o cenário em que estão inseridas as universidades federais, para que se possa, sistematicamente, avançar na discussão da formação profissional e produção do conhecimento do Serviço Social.

2. A Situação da Universidade Brasileira

Para vislumbrar a situação da universidade brasileira, parte-se da concepção de universidade como um espaço de vitalidade, de vivências, troca de experiências e construção do conhecimento. No entanto, torna-se primordial reconhecer que a universidade brasileira, mais especificamente a universidade pública, tem sofrido grandes reformas em seu interior que põe em xeque a sua finalidade última de proposição, busca, construção e efetividade do conhecimento. A compreensão destes elementos políticos e conjunturais são “basilares na definição de reformas que se quer imprimir ao caráter da formação profissional do assistente social”. (LIMA; CASSAB, 2002, p.79)

A precarização do ensino superior público é um quadro que assusta e que não dá pra ignorar: faltam professores, infra-estrutura adequada, recursos para a pesquisa, livros em boas condições e atualizados, faltam vagas, incentivo à pesquisa e autonomia. A lógica neoliberal que afeta o Estado brasileiro adentra o espaço universitário, estimulando também a privatização do ensino e promovendo a sua desqualificação.

Lima e Cassab (2002, p.77-78) relembram que não se pode esquecer que o ensino superior na América Latina vem sendo, historicamente pensando, formulado e efetivado “a partir das exigências do padrão de acumulação do capital”. Portanto, a política de educação em nível superior “está inscrita no contexto do reordenamento internacional do capitalismo em sua fase atual”, ou seja, a partir da lógica de reestruturação produtiva do mundo do trabalho, o que altera radicalmente as bases do trabalho, as requisições e exigências feitas aos trabalhadores e o sentido da educação, que passa a ser para atender estes critérios de acumulação do capital.

Pilares fundantes deste reordenamento do capital, que refletem diretamente na política educacional são: a conhecida “reforma do estado¹”; o infindável crescimento da dívida externa; as famosas políticas de ajustes estrutural dos Organismos Internacionais²; o “suntuoso” regime de acumulação financeira; a “ilustre” globalização econômica; a “famigerada” reestruturação produtiva e flexibilização do mundo do trabalho; as inacabáveis inovações tecnológicas que alteram o nível de qualificação profissional dos trabalhadores; os “novos” discursos neoliberais e de liberalização financeira, de boa governança, de cooperação internacional, de “participação cidadã”, da “ética da solidariedade e do voluntariado”; os “múltiplos” critérios de racionalidade do mercado, como a flexibilidade, competitividade, produtividade e rentabilidade; além da grosseira imagem da educação como mercadoria. (LIMA; CASSAB, 2002)

As políticas de desenvolvimento/crescimento e aceleração econômica dos países subdesenvolvidos, que “visam” a redução da pobreza, estabilidade e retomada do crescimento, utilizam a educação como elemento e instrumento essencial de “aumento do capital humano e físico dos pobres” a fim de potencializá-los para o “proveito das oportunidades econômicas”, estimulando o consumo e movimentando o mercado. A utilizam também como “autoproteção”, pois é a educação que pode “reduzir a probabilidade de engrossar as fileiras do desemprego, numa clara alusão ao discurso da empregabilidade³”. (LIMA; CASSAB, 2002, P.81)

Segundo Lima e Cassab (2002, p.81-82) o papel arduo das reformas na política educacional “está atrelado à imperiosa necessidade de estabilidade econômica.” Está pensada, nesta lógica, “na perspectiva de integração de cada país e de cada indivíduo na dinâmica do global, reafirmando as relações entre processo produtivo e formação profissional”, onde o ensino superior estará estreitamente vinculado aos interesses e ditames do capital. Assim a chamada “universalização” do ensino fica restrita à ideia de “acesso a educação para todos”, o que não é a mesma coisa. Na perspectiva de acesso a

¹A Reforma do Estado é a adequação da estrutura do Estado às exigências do capital financeiro mundializado. Neste processo alguns traços foram evidentes e essenciais para justificar a mudança e a instituição do novo: a ideia de satanização e incompetência do Estado, o discurso da necessidade de globalização da nação, e a imagem de desqualificação de tudo o que é público, o que resultou num clima ideológico favorável a quebra de resistências político-sociais e instituição hegemônica do capital financeiro, de ajustes econômicos, de estabilidade monetária, de privatização e de reforma do Estado. (NETTO, 2000)

² O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento fazem parte do rol dos Organismos Internacionais que influenciam as elites nacionais (com interesses similares) a desenvolverem políticas de ajustes em vários setores, como a econômica, social e educacional.

³ O conceito de empregabilidade “refere-se às condições individuais de competência e aptidão para: chegar ao mercado de trabalho, manter-se no emprego e reingressar no mercado de trabalho. Associa-se à qualificação profissional tendo como meio seguro (e visto como único) de manter-se apto, a formação profissional em bases contínuas. A educação permanente seria a estratégia possível de salvaguardar a capacidade de transitar em um mercado de trabalho hipercompetitivo e em constante mutação. O conceito tem pressupostos, de que obter ou não um emprego depende da vontade e aptidão individual; a educação, por sua vez, adquire um caráter pragmático e reducionista de simples adequação ao mercado”. (KOIKE, 1999, p.105)

educação para todos, entram com todo vigor as ideias de diversificação das instituições (ou organizações) de ensino, conforme recomenda o Banco Mundial, através de universidades públicas, privadas, dos cursos politécnicos, dos cursos seqüenciais, da educação à distância e dos cursos profissionalizantes de curta duração. O que predomina, sem dúvida, é o privado e a perda da qualidade do ensino superior.

De acordo com Iamamoto (2000, p.35) “a mais ampla e profunda reforma do ensino superior no Brasil, após a ditadura, tem seu arcabouço legal na polêmica Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 de 20/12/1996”. A partir de sua regulamentação é possível reconhecer profundas e radicais alterações na política educacional brasileira, principalmente no ensino superior.

A elaboração, regulamentação e implementação da LDB⁴ “expressa a correlação de forças políticas no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade no país, no marco das “políticas de ajuste” de raiz neoliberal, preconizadas pelos organismos internacionais”. (IAMAMOTO, 2000, p.35) Ou seja, traduz, incorpora e viabiliza toda uma lógica de reformas e desmontes no ensino superior.

A regulamentação da LDB tem se dado por meio de um acervo de medidas legais, originárias do Executivo, e, mais especificamente, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e de seu órgão assessor, o Conselho Nacional de Educação (CNE). Materializa-se em um conjunto de iniciativas e de instrumentos jurídicos – leis, medidas provisórias, decretos, emendas constitucionais, resoluções e pareceres –, que, silenciosamente, vem realizando uma verdadeira reforma da universidade brasileira. Ou melhor, vem criando as bases para a disseminação de um outro projeto de universidade, parametrado pelas leis de mercado e critérios de avaliação a eles atinentes, em luta com o padrão historicamente instituído na universidade brasileira, inspirado em modelos europeus. (IAMAMOTO, 2000, p.36)

Ou seja, modela um novo tipo de ensino e de universidade, pactuado com os critérios do capital, com as leis de ajuste econômico, com os ditames neoliberais, com o novo perfil de profissional que atenda as exigências de um mercado de trabalho mais flexibilizado e reestruturado. Um modelo que forma mão de obra especializada, que deteriora a qualidade do ensino, arruína com a cultura da investigação e desconstrói a autonomia da universidade enquanto espaço vital de construção de saberes, de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de disseminação artística, cultural, intelectual, que promove debates, conflitos, questionamentos, que impulsiona o desenvolvimento do

⁴ De acordo com Ivanete Boschetti Ferreira (2000, p.82) a LDB “vem instituindo inovações no ensino superior que podem provocar profundas alterações na formação e no exercício das profissões de nível superior de modo geral, e na profissão de assistente social, de modo mais específico. A perspectiva de flexibilização dos processos de formação e de exercício profissionais atinge a espinha dorsal do ensino superior com a introdução de uma série de medidas (exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos seqüenciais, ensino da graduação à distância) que impactam diretamente na concepção de profissional que se quer formar. (...) Trata-se de uma mudança na filosofia mesma do significado e papel da educação na construção da sociedade. Uma educação menos comprometida com a formação cidadã e mais voltada para os interesses do mercado, uma educação garantida mais como serviço privado e menos como direito social. Trata-se, enfim, de uma inversão nos propósitos educacionais de construção de cidadania.”

patrimônio científico construído e acumulado e que investe na defesa da igualdade e da democracia.

Para José Paulo Netto (2000, p.27-28), a política de ensino superior brasileira apresenta alguns traços fundamentais, que pactuam com o movimento político de reforma do Estado, são eles: a “acelerada expansão do privatismo”, transformando o ensino superior em área de investimento do capital; a “liquidação” da relação ensino, pesquisa e extensão, onde o papel da pesquisa fica restrito, em muitas vezes, a institutos e centros específicos; a “supressão do caráter universalista da universidade” em detrimento da ideia de acesso a vagas para todos; a “subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado”, dando legitimidade e eficácia mercadológica a vida universitária; e por fim, da “redução do grau de autonomia universitária”, que fica restrita aos ditames do capital, restrita às verbas de custeio, e reduzida à autonomia financeira.

Portanto é uma política de ampliação do ensino particular em detrimento do ensino público, que reduz consideravelmente a educação pública e fortalece a mercantilização do ensino mais curto, com formações mais rápidas e menos densas; de expansão e diversificação do sistema de ensino superior, que em parte atende à demanda de vagas ofertadas, mas que leva a flexibilização do ensino e privilegia a quantidade em detrimento da qualidade; de esvaziamento da universidade enquanto instituição de interesse público, como espaço de criação de novos saberes e construção do conhecimento; e por fim, de mudança no perfil das universidades e da educação brasileira, dando-lhe um sentido de serviço a ser explorado e vendido. (FERREIRA, 2000)

As diversas fontes de financiamento das universidades instituem taxas acadêmicas, cobrança de matrículas, instituição de mensalidades, redução de verbas ou estabelecimento de critérios de elegibilidade para a concessão de apoio e incentivo a pesquisa. O espaço público passa a ser utilizado para fins privados, onde as áreas de maior interesse para o capital acabam recebendo mais estímulos e recursos para a pesquisa do que as áreas que não atendem direta ou exclusivamente aos interesses do mercado, como as ciências humanas e aplicadas. A construção do conhecimento fica abalada pelos interesses do mercado, o que compromete a sua liberdade e autonomia.

A universidade pública passa a ser utilizada para fins privados, é submetida à lógica empresarial e do mercado financeiro, sendo fortemente descaracterizada e flexibilizada. Esta perde sua autonomia, tendo, muitas vezes, que adaptar seus currículos de graduação e pós-graduação às demandas do capital. Sua qualidade de ensino, pesquisa e extensão é tensionada e atingida por critérios de produtividade e rentabilidade econômica.

Portanto os critérios de qualidade são definidos pelo mercado, e é ele que passa a regular a vida acadêmica, tornando a pesquisa, a investigação e as ciências humanas e sociais descartáveis ou, nas palavras de Chauí (2001) “inessenciais”. A universidade passa

a ser a universidade de serviços, a pesquisa aquela que visa estritamente resultados e o conhecimento aquele que é transformado e coisificado em forças econômicas produtivas.

3. Impactos na Formação Profissional do Serviço Social

A partir das perspectivas apresentadas, é possível perceber que há sem dúvida um estímulo a privatização do ensino público e uma responsabilização do indivíduo pela sua formação, condicionada a “aquisição” de competências e habilidades para atuar num mercado altamente competitivo e desigual. É neste quadro que há de se pensar a formação em Serviço Social, tanto pelas dificuldades que a universidade pública vem enfrentando, quanto pelo acelerado crescimento privado de cursos de Serviço Social, presencial ou à distância, que muitas vezes estão desconectados com o projeto profissional do Serviço Social e aliados ao projeto hegemônico do capital. Estes cursos, em grande parcela, não estão vinculados a ABEPSS, não estão sendo apoiados pelo conjunto CFESS/CRESS (como é o caso dos cursos de graduação à distância), e não estão a par dos encontros, oficinas, debates sobre formação profissional e das diretrizes curriculares, o que empobrece suas propostas de ensino, totalmente deslocadas com os avanços e reformas da categoria.

Em outro viés de análise, estão os estudantes e suas condições concretas de vida e acesso à educação. Uma grande parcela dos graduandos e pós-graduandos em Serviço Social precisam se inserir no mercado de trabalho para poder sobreviver, manter os estudos ou adquirir seu passaporte para a formação superior ou continuada. Trabalhar e estudar é a realidade da maioria, que infelizmente sacrificam seus estudos e oportunidades de aperfeiçoamento profissional em detrimento do salário no fim do mês. Um perfil de estudantes que deve ser pensando em todo o currículo, pois são estes estudantes que vivenciam na pele a luta pela sobrevivência, os anseios da classe trabalhadora, e a realidade nua e crua do capital.

Pois, como alerta Lima e Cassab (2002, p.85) é o aluno trabalhador que “traz consigo a experiência histórica de sua classe, que experimenta suas condições, que produz uma subjetividade associada a essa experiência”. Portanto, é fundamental considerar as condições de vida destes sujeitos que compõem e fazem a história da profissão, a fim de conhecer suas potencialidades com relação ao meio que estão inseridos.

E todos estes elementos incidem diretamente no processo de formação profissional, através de currículos que sofreram profundas reformas e flexibilizações a fim de considerar todas estas alterações e transformações que sofrem as universidades, os estudantes, os usuários dos serviços prestados e a própria profissão como um todo. Como já mencionado, nem sempre é possível seguir o que orienta as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social por conta dessa correlação de forças, contradições de propostas e interesses, por

conta da precariedade da educação, e também, devido a uma desarticulação entre as múltiplas unidades de ensino. Na Pós-Graduação entram os Mestrados Profissionalizantes, voltados muito mais para o mercado do que para a qualificação acadêmica, sem contar na redução do tempo para a conclusão dos Mestrados e Doutorados, que passa a ser cada vez menor. Nesta lógica alteram-se também os projetos pedagógicos, que também sofrem com a flexibilização e redução de conteúdos. A pesquisa perde o seu sentido original e vem sendo reconfigurada de acordo com as exigências do capital.

As diretrizes curriculares do Serviço Social, após anos de debates e avanços, articuladas com o projeto ético-político e o aparato legal da profissão, bem como os projetos político-pedagógicos dos Mestrados e Doutorados visam uma formação crítica, reflexiva, propositiva, de transformação e emancipação, são fortemente abalados “com a perspectiva governamental de formação profissional para o mercado e, portanto, para atender às necessidades e interesses do capital”. (FERREIRA, 2000, p.95) Essa realidade rebate no saber e na ação profissional, que pode ficar sujeita à ditadura do mercado. Portanto, esta questão deve ser encarada como elemento de aprofundamento de análise para se pensar nas demais questões que afetam a profissão.

Contudo, é devido a sua inserção na pesquisa e ao seu caráter investigativo, que a profissão tem conseguido passar por reformas curriculares e vêm enfrentando, avaliando e repensando este processo. Também é devido a esse caráter de investigador que a profissão construiu um projeto ético-político, conseguiu criar um estatuto legal que dá parâmetros à sua atuação, e tem conseguido romper com a lógica conservadora que permeava suas ações através de um processo de renovação e reconceituação profissional, e desta forma, tem avançado em termos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Portanto, apesar dos condicionantes que dificultam e muitas vezes inviabilizam o avanço na formação e exercício profissional, estas conquistas profissionais mostram como a profissão pode conquistar resultados, pode progredir no conhecimento e superar suas maiores problemáticas e dificuldades.

Desta forma, a pesquisa e a investigação que não estão subordinadas aos interesses do capital possibilitam uma nova postura diante da realidade apresentada e uma nova forma de olhar a universidade – considerando-a, apesar de todos os seus problemas, “uma escola de cidadania”, onde ela “inquieta, agita, subverte e faz germinar” o conhecimento. (NETTO, 2000, p.29) Ou ainda, como ressalta Iamamoto (2000, p.42-43) preservar a universidade em sua essência, ou seja, uma universidade:

Que luta para integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, assegurando sua liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos – e realizar a sua crítica –, voltados aos interesses das grandes maiorias. Uma universidade que seja um centro de produção de ciência, de tecnologia, de cultivo

das artes e das humanidades. E voltada à qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado, ainda que as incorporando, ao reconhecer as necessidades e demandas do conjunto da sociedade. Universidade que cultive a razão crítica e o compromisso com valores universais, – coerente com sua função pública – não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes, mas a serviço da coletividade. Instituição atenta aos desafios e dilemas nacionais e regionais, incorporando-os como matéria da vida acadêmica e participando da construção de respostas no âmbito de suas atribuições específicas.

No entanto, a lógica atual não é a da reafirmação deste tipo de universidade, mas sim a da universidade atravessada pela lógica mercantil, da universidade privatizada, empobrecida e distante dos interesses coletivos e de criação do saber, da universidade que busca resultados lucrativos, que incentiva a pesquisa que proporciona vantagens econômicas e que vende serviços. O capital se beneficia dos resultados de certas pesquisas e influencia, controla o investimento daquelas que lhe darão mais rentabilidade. “A universidade passa a ser um centro de produção de ciência e tecnologia filtrada pelos interesses do grande capital, em troca dos subsídios e financiamentos concedidos”. (IAMAMOTO, 2000, p.44) A pesquisa se metamorfoseia, e ganha outros contornos:

O seu fim deixa de ser a descoberta da verdade histórica, a busca do saber universal, passando a ser dominada pelo “saber pragmático e instrumental”, “operativo”, “internacionalizado”, produzido sob encomenda para que as “coisas funcionem”. Faz com que a universidade, em nome da internacionalidade, perca a sua universalidade. (IAMAMOTO, 2000, p.50-51)

Evidencia-se desta forma um grau de comprometimento da função da universidade e da construção do conhecimento, que abalam e refletem o exercício profissional. Sabe-se que “o Serviço Social não é, historicamente, uma profissão de ponta na construção do saber. Sempre foi uma profissão voltada para o fazer”. (VAZ, 1999, p.43) Mas, nos últimos anos, construiu outro status com relação à sua produção do conhecimento, a partir de muita luta, esforço e dedicação. No entanto, esta nova lógica educacional, de desmontes, estratégias mercadológicas e reformas impõem uma forte ameaça à profissão e até mesmo um risco de retrocesso em sua construção do conhecimento, que fica fortemente tensionada e sacudida com todo o cenário em marcha nas unidades de ensino no Brasil. Somente focando na discussão da realidade, no cenário que está inserido, no repensar da formação e na busca de novos conhecimentos é que o Serviço Social poderá driblar ou minimizar as dificuldades encontradas e vivenciadas nas universidades.

4. A Verdadeira Essência da Pesquisa como Enfrentamento e Resistência ao Mal-Estar das Universidades

Portanto, diante deste cenário e ao pensar a universidade, formação e exercício profissional em Serviço Social, é preciso elencar a pesquisa como o elemento que possibilita ruptura, resistência, combate, debate, desvendamento e descoberta do novo, que dá condições de evitar retrocessos e que potencializa e mantém a construção do saber. Uma pesquisa que seja propulsora e mola essencial do conhecimento, e não uma pesquisa que serve estritamente à lógica do mercado. Compreender a pesquisa como vínculo com a realidade, como articulação entre saber e fazer, como revelação e análise de situações concretas, como “caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação da defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos singulares” e como via principal “para superar a reconhecida dicotomia entre teoria e prática”, de forma a requalificar e legitimar a formação profissional. (ABESS, 1996, p.14, apud IAMAMOTO, 2000, p.71)

No entanto, essa dimensão da formação profissional que também está tensionada e abalada pela reforma universitária, necessita de alguns elementos para superar seus maiores entraves. Aqui o apoio dos núcleos de pesquisa (articulados regional e nacionalmente), projetos de extensão, estágio acadêmico e a articulação entre a graduação e pós-graduação são elementos primordiais para reforçar e fortalecer a cultura da pesquisa e superar os desafios que ela encontra juntamente com a universidade, impulsionando o debate plural, a troca de informações, o aprimoramento intelectual, e utilizando o espaço de construção do saber acadêmico como construção e contribuição para o saber profissional, a fim de romper com a idéia de “treinamento”, “adestramento”, “parcialização” e “fragmentação” do ensino. “Enfim, indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade e projetar ações pertinentes” para a coletividade, de maneira a defender o espaço público da universidade e amparar sua função crítica, propositora e inovadora do saber. (IAMAMOTO, 2000, p.72)

Utilizar a pesquisa, sobretudo, como estratégia de resistência ao sistema que está imposto, como atitude combativa e não passiva, reafirmando a luta por uma universidade pública de qualidade, aliado ao projeto ético-político profissional, rompendo com o aligeiramento do ensino, retomando sua qualificação que se deve dar através do ensino, da pesquisa e da extensão e num espaço público, democrático e crítico e como respostas às demandas postas pela realidade profissional, de maneira a preservar a essência da universidade que é a construção e reconstrução do conhecimento. Ou seja, pensar a pesquisa como uma “aventura do espírito”, “como uma viagem fantástica em termos de reflexão, de interrogação, de questionamento. A reflexão que interroga o que parece evidente. Uma reflexão que além de individual é, antes de tudo, uma aventura coletiva”. (YAZBECK, 2005, p.148) Ou ainda, uma reflexão que é “uma prospecção do futuro”, uma

esperança do amanhã, um olhar sem indiferença sobre novos caminhos que alcancem a liberdade de pensamento, que possibilitem novas alternativas e novas utopias.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs.) **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O mal-estar na universidade**: o caso das humanidades e das ciências sociais. In: Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001, p.157-173.

FALEIROS, V.P. **Aonde nos levam as diretrizes curriculares?** In: Revista Temporalis - Diretrizes Curriculares: polêmicas e perspectivas. Ano I, nº 2, julho a dezembro de 2000. Brasília, ABEPSS, Valci, 2000.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. **Implicações da Reforma do Ensino Superior para a Formação do Assistente Social**: desafios para a ABEPSS. In: Revista Temporalis, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p.81-97.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Reformado Ensino Superior e Serviço Social**. In: Revista Temporalis, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p.35 – 79.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. **As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p.102-118.

LIMA, Katia Regina de Souza; CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **O Ensino de Graduação no Serviço Social** – principais impasses e importantes potencialidades. In: Revista Temporalis, ano III, Suplemento – Brasília, novembro de 2002, p.77- 88.

NETTO, José Paulo. **Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior**. In: Revista Temporalis, ano I, nº1 – Brasília, janeiro a julho de 2000, p.11-33

VAZ, Ana Lúcia. **Cursos seqüenciais**. A lógica do mercado invade as universidades. In: Revista Inscrita, ano II, n.ºV, dezembro de 1999, p.40-43.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Os Caminhos Para a Pesquisa no Serviço Social**. In: Revista Temporalis, ano V, n.º9 – Brasília, janeiro a junho de 2005, p.147-159.